



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 19ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 05 de abril de 2016, com início às quatorze horas e quarenta e quatro minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de resolução nº 2/2016. Emenda nº 1 modificativa ao Projeto de lei nº 145/2015. Emenda nº 2 aditiva ao Projeto de lei nº 145/2015. Emenda nº 3 modificativa ao Projeto de lei nº 145/2015. Ofício nº 72/2016 do gabinete do vereador Jorge Bocasanta, informando filiação ao PROS. Parecer nº 42 favorável da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 145/2015. Parecer nº 43 favorável da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 145/2015. Parecer nº 44 favorável da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 3 ao Projeto de lei nº 145/2015. Parecer nº 5 favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto a Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 145/2016. Parecer nº 6 favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto à Emenda nº 3 ao Projeto de lei nº 145/2016. Requerimentos nº 86 ao nº 103/2016. Indicações nº 315 ao nº 343/2016. Ofício nº 337/2016 da OT Ambiental de Cascavel, em resposta ao ofício nº 66/2016 - SEC/CMC. Inscritos pra falar no grande expediente, os vereadores: João Paulo de Lima, Luiz Frare, Celso Dal Molin, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Romulo Quintino e Jorge Bocasanta. - Vereador Rui Capelão: Questão de ordem. Senhor Presidente, neste momento certamente seria o momento de nós ouvirmos a pessoa convidada da OT Ambiental, a estar presente nesta Casa pra nos apresentar importantes informações, a respeito de um contrato. Nós temos bastante interesse nisso até por respeito ao serviço público que será apresentado, tanto pela empresa como pelo município e nós fizemos uma convocação desse cidadão. O não comparecimento desse cidadão começa a ser um desrespeito a esta Casa, porque foi assinado por oito vereadores. Com todo o comprometimento dele de gerente da empresa em Cascavel, ele deveria estar aqui para dar alguns esclarecimentos, que não poderia ser o detalhamento do estudo feito pela Ambiental, mas ele deveria estar aqui para atender a um convite dos senhores vereadores, os oito que assinaram: João Paulo, Professor Paulino, Jorge Bocasanta, Dal Molin, Jorge Menegatti, o Pedro Martendal, o vereador Vanderlei Augusto da Silva, assim como este que vos fala. Portanto, eu quero dizer ao senhor que nós não abriremos mão da presença desse cidadão, aqui. Já que ele é o representante administrativo da empresa em Cascavel e não pode apresentar ignorância no conhecimento do estudo que a Engelétrica apresentou. Acho que nós teríamos preparado boas perguntas, para que ele nos respondesse e nós saíssemos daqui



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

satisfeitos e bem esclarecidos, a respeito desse contrato, mas me parece que pela incompetência do cidadão, administrativa, ele não está aqui, hoje nos trazendo algumas respostas que são descabidas. Não se pode admitir que um gerente regional de uma empresa, um sócio proprietário, não tenha conhecimento do que está ocorrendo dentro da empresa, principalmente num contrato desse vulto, de quase 1 bilhão de reais por 20 anos; então, não podemos engolir essa decisão de resposta apenas por escrito; porque nós queremos é conversar com as pessoas. E se eles têm dignidade, vão vir aqui conversar conosco. Portanto, quero deixar claro essa questão para o senhor e para os demais vereadores que estão aqui, presentes. Era essa a minha questão de ordem. – Presidente: Se entendi, a questão de ordem do vereador Rui Capelão, é sobre o que pode ser feito quanto a esse não comparecimento. Vereador, eu atesto que o requerimento nº 84 convocando o representante do OT Ambiental, ele pedia o esclarecimento a respeito do estudo realizado pela empresa e entregue pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Como não houve o comparecimento e sim, a resposta por ofício e a entrega do estudo que está aqui, já está disponível também no SAPL; para todos os senhores vereadores e eu vou fazer uma consulta formal a nossa Procuradoria Jurídica, para ver qual medida pode ser tomada pela Casa pelo não comparecimento e não atendimento ao requerimento que, convocou o senhor gerente responsável pela empresa OT Ambiental. - Vereador Rui Capelão: Muito obrigado, vereador e, eu acredito que sua responsabilidade e o compromisso que o senhor tem por esta Casa, não vai deixar as coisas andarem como os outros querem. Nós temos que nos pormos como cidadãos cascavelenses e representantes da nossa sociedade organizada, também. Obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: Questão de ordem. Eu concordo com o Rui Capelão, porque todos daqui pra frente não vão ter mais a obrigação de vir aqui, e sim, escrever alguns papéis. Mas a minha questão de ordem maior é sobre um requerimento que eu coloquei aqui. Fiquei até chateado, por não ser aceito por essa mesa. Vou ler: requer informações referentes à exoneração do secretário municipal e dá outras providências. *O vereador em conformidade com o artigo 122 do Regimento interno desta Casa, requer ao prefeito municipal de Cascavel depois de cumpridas as formalidades legais as seguintes solicitações: 1. informações oficiais do Prefeito Municipal que, motivaram a exoneração dos secretários municipais antidrogas e da agricultura Eugênio Rosseti Filho e Almir Tololo e posterior nomeação dos mesmos, em cargos de diretores das respectivas Secretarias municipais supracitadas. 2. Informar se tais servidores foram mantidos nos referidos cargos do governo Municipal, para continuarem mamando no serviço público municipal. É este o requerimento. E é mamando, porque o cara me falou uma palavra que não sabia e ele me jogou na cara. Então, mamando é aquele que mama no dinheiro público. Eu gostaria que fosse passado este requerimento, porque não dá pra entender que um secretário vira diretor e um diretor vira secretário. – Presidente: Com todo respeito a Vossa excelência, nós temos um regimento. Tenho certeza absoluta que se Vossa Excelência reformular um pouco esse requerimento, não terá problema nenhum de ser apresentado. Mas dentro das regras é o que nosso Regimento Interno*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

prega. – Vereador Jorge Bocasanta: Gostaria de ver essas regras, porque quando eu falo mamando é sinal que estão... – Presidente: Este é impossível, porque ele não está na ordem do dia e porque a diretoria legislativa não recepcionou o requerimento. Temos um requerimento que também convocou, o requerimento nº 80/2016 de autoria dos vereadores: Fernando Winter, Luiz Frare, Cláudio Gaiteiro, Rômulo Quintino, Nei H. Haveroth, Jaime Vasatta, Aldonir Cabral, Robertinho Magalhães, Ganso Sem Limite e Walmir Severgnini, ele convocou os presidente do Sindicato dos Servidores Público Municipal de Cascavel - Sismuvel, o senhor Ricieri D'Estefani Júnior e o presidente do Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal - Siprovel, senhor Hamilton Benedito Peletti, para prestarem esclarecimentos, acerca dos valores que são repassados anualmente para esses sindicatos, oriundos do desconto na folha de pagamento dos servidores e professores do município de Cascavel, do imposto sindical obrigatório. Tendo em vista o comparecimento dos presidentes dos sindicatos, eu convoco por uma questão de ordem colocada aqui, no requerimento, primeiro o senhor Ricieri pra falar em nome do Sismuvel. Na sequência, ouviremos o presidente do Siprovel. – Senhor Ricieri: Meu nome é Ricieri, represento o Sindicato dos Servidores do Município de Cascavel que abrange todas as categorias do município, menos os professores. Fomos convocados aqui, pra trazer informações a respeito do desconto sindical. Antes de começar, vou ler um pequeno trecho da Constituição, o artigo 8º que diz: *a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedados ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.* Em outras palavras, nós não nos sentimos assim obrigados a estarmos presentes. Nós viemos, quando soubemos da convocação, nos sentimos honrados e como desejamos trazer todo conhecimento e contribuir para a informação de toda a sociedade, então nós nos prontificamos a vir aqui. Estamos à disposição para responder qualquer dúvida, qualquer pergunta. O imposto sindical foi criado em 1937, no governo do então presidente, Getúlio Vargas. No ano que vem completará 80 anos de sua existência e nos surpreende que, todo ano nessa época a questão novamente é trazida à tona. Em várias ocasiões, já tivemos a oportunidade de sermos procurados por outras pessoas, pra tratar a respeito desse imposto. E ele é descontado de todas as categorias profissionais, justamente por não ser uma contribuição como diz o nome, é uma contribuição social que se assemelha em natureza ao FGTS, ao INSS e outras que o governo cobra, a fim de promover diversas atividades. É falsa a informação de que, um milhão de reais chegou as nossas contas. É bem menor esse valor, porque 60% dos valores chegaram aos sindicatos: no caso a CLT, determina a forma como é distribuído e 15% vão para as federações sindicais, 5% para as confederações, 10% pras centrais sindicais, 10% para a conta especial de emprego e salário do Ministério do Trabalho e Emprego. Se não houver uma Central Sindical, uma federação, alguma coisa nesse caminho, esse montante irá da mesma forma para os sindicatos. Então os sindicatos, ficaram com 60% dos valores que foram descontados, uma fração desse total. Trouxemos aqui, o quanto foi depositado em nossa conta no ano 2014. No caso, as contas do Sismuvel depois de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

feitos os devidos descontos, foram depositados R\$ 197.044,23. No ano seguinte em 2015 foi depositado R\$ 209.369,95 e, esses valores a própria CLT determina a forma como ele deve ser gasto; não pode ser empregado em todos os tipos de atividades do sindicato. Ele pode ser empregado, por exemplo: pra pagar advogados, pra custear atividades de lazer e outras para os servidores e, são bem restritos esses gastos. No ano passado, nós utilizamos parte dos recursos pra adquirir duas salas comerciais no Edifício Felipe Adura, para onde funciona o sindicato e 2 veículos para facilitar nossas trabalhos, inclusive nós temos muitos convênios com as empresas e o comércio local e levamos guias e vales de mercados e outros vales, para consulta médica e exames aos servidores nos locais de trabalho. Também tivemos que usar esses recursos para contratar advogados, principalmente em virtude do próprio trabalho da Câmara. No passado o vereador, então presidente, Robertinho Magalhães votou uma lei que era extremamente danosa para a guarda patrimonial de Cascavel. Nós tivemos que contratar um especialista em Direito Constitucional e bancar a ida dele para Curitiba, entre outras coisas para desmanchar o erro que, esta Câmara cometeu, inclusive foi declarada inconstitucional a lei, pra nossa felicidade e dos servidores guardas, que estão aqui presentes e gostaria de saudá-los. Enfim, a prefeitura costuma mover processos administrativos contra servidores. Só de junho pra cá, foram abertos 12 processos contra esses servidores que recorreram a nós, em busca desta ajuda. O sindicato utiliza essa verba para financiar totalmente, pra pagar na íntegra, livre de qualquer custo, a defesa dele contra o Poder Público quando ele utiliza de forma abusiva contra os servidores. Nós também, empregamos esses recursos para diversas outras atividades relacionadas ao direito. Contrariando o que o vereador Cláudio Gaiteiro disse algum tempo atrás, os sindicatos têm necessidades. Todas as entidades citadas aqui, no caso que vai a verba sindical: o FESMEPAR, CSTB, UGT e nós, temos poder pra representar diante do Tribunal de Justiça do Paraná; diante do Supremo as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, pra desfazer os erros que as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas provocam e cometem. No passado, nós procuramos os vereadores e mantivemos o maior diálogo com os senhores, conversamos, fomos lá no Poder Executivo, conversamos com secretários e prefeito, tudo em vão. Se não fosse o Poder Judiciário atuar de forma a poder corrigir esses erros e limitar os abusos, nós estaríamos em uma situação complicada e teria morrido toda discussão ao término da publicação da Lei. Portanto, eu digo que os sindicatos hoje, são mais necessários do que nunca. Surgiram a partir da necessidade, os trabalhadores não tendo voz diante do patrão, tiveram que se organizar, tiveram que juntar suas economias e seus recursos pra agir, inclusive até mesmo os partidos políticos foram obras dos trabalhadores, os quais foram posteriormente imitados por aqueles que também, imitaram os sindicatos patronais e outros. Aliás, é interessante destacar aqui, que os sindicatos patronais em janeiro descontam esses valores. E eles pegam o capital da empresa, através de cálculo ao qual nós não temos familiaridade, fazem também o depósito obrigatório pra essas contas. E, além disso, os profissionais liberais e autônomos também devem pegar o maior rendimento do ano e aplicar 30%



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do valor pra pagar essa contribuição, que é devida a todos os trabalhadores. Está fora do alcance do Sismuvel, qualquer tipo de intervenção que pudesse acabar ou extinguir com o imposto sindical. Está fora do nosso alcance. Foi feito em Brasília há muito tempo atrás, 80 anos atrás e, vários governos, inclusive o regime militar e outros mantiveram intacto e utilizaram os recursos, o montante que vai pra o Ministério do Trabalho empregado no Fundo de Amparo ao Trabalhador, é um dos constituintes dele. É utilizado no pagamento do seguro-desemprego, abono salarial e outros programas, que é até mais fácil averiguar aqui, os vereadores; porque está constando lá no Ministério do Trabalho e Emprego, tem a relação completa, prestação de contas de onde vão esses recursos. Quanto ao montante que vai pra CSPB, UGT e outras centrais, teria que ser convocados eles, especificamente. Se eles comparecerem, poderão dar maiores explicações sobre isto. – Presidente: Obrigado. Por uma questão de objetivar os trabalhos, eu quero convidar agora, o presidente do Siprovel, Hamilton Benedito Peletti, pra fazer a sua explanação. E na sequência peço também, a Ricieri pra que espere perto da tribuna, porque daí abrimos a possibilidade de perguntas aos senhores vereadores e aí, já direciona pra qual dos presidentes for à pergunta. – Senhor Hamilton: Boa tarde. Vamos prestar esclarecimentos e conforme o Ricieri já colocou e várias coisas estavam previstas também, não viemos prestar contas: podemos prestar alguns esclarecimentos. Além do que o Ricieri colocou, é importante nós esclarecermos, nós estávamos aqui no dia que o requerimento foi aprovado e ao contrário do que foi dito, o sindicato não é entidade pública. O sindicato é entidade privada, não tem fins lucrativos, mas tem um objetivo que é principalmente a defesa dos trabalhadores. Quem presta conta ao público são entidades públicas, nós prestamos conta pra nossa categoria de professores. Essa prestação é anual, é feita em assembleia ordinária, convocada especificamente para este fim. E todos os recursos dos sindicatos são definidos a sua aplicação nessas assembleias; além disso, nós temos um conselho fiscal, eleito a parte da diretoria; então esse conselho fiscal é eleito em assembleia também. Ele não faz parte da diretoria administrativa, então é ele que fiscaliza. O Conselho Fiscal tem que aprovar as contas do sindicato e depois disso, nós temos a aprovação ou não em assembleia e isso tudo, regulamentado pelo estatuto da entidade. Em relação aos valores, nós recebemos em 2014, R\$ 95.000,00. E em 2015, R\$ 109.000,00 então são bem distantes dos valores divulgados; aliás, cumprimentar também a Sueli e Ana, diretoria anterior do Siprovel, já cuidava muito bem do dinheiro do sindicato. Hoje, nós administramos muito bem também, em termos de número, só poderia dizer, não tenho autorização para prestar conta, mas posso dizer que hoje, nós temos em caixa o triplo do que tínhamos em 2014, quando assumimos o sindicato. Então, o dinheiro está muito bem administrado. Também esclarecer que, no sindicato conforme dito também, ninguém mama na teta de ninguém. Lá todo mundo trabalha, todo mundo sobrevive de salário e quem realmente está preocupado com o servidor, realmente preocupado com o professor, participa das discussões nas negociações. E uma das prerrogativas da lei, da Constituição inclusive, é que é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações. Infelizmente em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Cascavel, nós não temos negociação. Então são alguns esclarecimentos que nós trazemos; as demais o Ricieri já colocou toda aquela divisão. O sindicato fica com 60% dos valores, o restante é dividido nas confederações, federações, centrais sindicais e inclusive, pra conta especial de emprego e salário que ajuda inclusive, a financiar o seguro-desemprego. O imposto é bom ou ruim? Se nós fizermos uma pesquisa aqui, ninguém gosta de pagar imposto. Eu mesmo paguei meu IPTU ontem, cota única, contra minha vontade. Agora, se nós formos simplesmente derrubar todos os impostos; porque é uma reclamação de um grupo, de outro, então vamos acabar com todos os impostos. Eu acho que nós deveríamos estar mais preocupados em fiscalizar a efetiva utilização e aplicação dos impostos, que nós pagamos. Acho que é esse o nosso papel, papel de nós, enquanto cidadãos e representantes do povo. Então nós não gostamos e, há os prós e os contras. Há quem defenda o fim do imposto sindical obrigatório e há quem defenda a continuidade, esse é um debate que está sendo travado, a nível nacional e as decisões serão tomadas a nível nacional, também. Então são esses esclarecimentos que nós gostaríamos de colocar pra vocês, os demais o Ricieri apresentou. É claro que, se vocês tiverem perguntas pertinentes e dentro daquilo que nós estamos autorizados, podemos responder e faremos a resposta com maior prazer. Obrigado. – Presidente: Nós que agradecemos. Abro para a participação dos senhores vereadores, que podem fazer questionamentos aos dois aqui, presentes. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Robertinho Magalhães. – Vereador Robertinho Magalhães: O Ricieri quando falou sobre pagar imposto; hoje, vocês tem arrecadação de imposto sindical e, que vocês pagam com esse dinheiro, 60%, advogado, viagem. Tem algum recurso que vocês pagam, algum outro imposto, alguma coisa dentro o Ricieri e o Hamilton? – Ricieri: Nós não costumamos viajar, geralmente a UGT, quando tem algum evento acaba auxiliando nisso. O Sismuvel tem 3 pontos de arrecadação fixas: primeiro, a mensalidade do servidores de aproximadamente 12 a 14 mil por mês; o repasse que os convênios dão de 5% do que é vendido, os 2%, 3% tem que ir pra Consnet, que é o que mantém o sistema que opera interligado com a prefeitura e demais locais. Segundo, utilizamos para despesas pagamos uma secretária que atende, faz anotação e lançamento dos valores e também pra fazer entrega nos locais, onde os servidores não podem vir até nós; então, nós temos a mensalidade, temos os repasses e temos esses 60% de imposto sindical. O dinheiro que sobrou, temos R\$ 300.000,00 depositados no Sicoob, onde ele rende ao mês 1%, então dá uns três mil por mês mais um menos. Estamos deixando o dinheiro render, porque nosso plano é adquirir um local com espaço para construir uma sede social, com piscina, quadras esportivas, um salão de festas, tudo para os servidores. Nós pedimos no passado várias vezes ao Poder Executivo e sempre se negou a fornecer isso; então decidimos, vamos dar um passo adiante, a lei permite gastar dessa forma. Nós vamos despende ele pra criar patrimônio, para os próprios servidores. - Hamilton: Só colocar aqui que, as fontes de recursos do Siprovel são as mesmas. A filiação é uma delas, é mensal, e dizer que ninguém é obrigado a filiar-se ao sindicato. A contribuição, o imposto sindical é obrigatório, era o motivo do requerimento. A filiação é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

opcional, mas quanto mais filiados, é lógico, categoria mais forte. Hoje, nós temos entorno de 1.500 filiados ao Siprovel, e a questão de mensalidade é discutida em Assembleia. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Aldonir Cabral. – Vereador Aldonir Cabral: Gostaria de fazer uma pergunta aos dois senhores. Os senhores são filiados a algum partido político? Se sim, pode me falar em qual? – Hamilton: Filiação a Partido político no Brasil ainda, é permitido; então no ano de 2014, 2015, se não me falha a memória, me filiei ao PCdoB. Atuo e, enquanto for permitido no Brasil filiação a um partido, as pessoas poderão fazer as suas opções. Isso não interfere em nada, porque defendemos que sindicato é suprapartidário. Temos pessoas na diretoria que são de outros partidos, pessoas que não têm partidos políticos e deixamos bem claro em todas as manifestações que fazemos: partido político nenhum é bem-vindo, lá. A nossa luta é sindical, não é uma luta política, não é uma luta partidária. Então se tem representantes de Partidos políticos e aqui tem vários, já sabem que, nas nossas manifestações públicas não são bem-vindos. – Ricieri: Eu gostaria de ouvir, a responder a pergunta vereador, mas não faz muito sentido. Eu sou filiado há 10 anos, desde 2005 ao PCdoB junto com Paulo Porto, pessoal aqui, sou filiado a um grande partido. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: A gente sabe que apesar de ser uma entidade privada o dinheiro, na verdade, ele vem do servidor público, é um dinheiro público. Minha pergunta é referente a essa contribuição sindical, inclusive mensalidade. Já se falou alguma coisa que, existe lá em termos administrativos, questão jurídica, uma série de coisas e o gasto que vocês têm inclusive dentro dos seus próprios escritórios do sindicato; se vocês poderiam detalhar um pouquinho mais quais são os tipos de assistência, que o sindicato presta pra o servidor público municipal e que são pagas com recursos financeiros do imposto sindical. O que poderia acrescentar mais, neste sentido. – Ricieri: O sindicato tem uma ampla rede de convênios, temos médicos, dentistas, plano de saúde, plano odontológico, mercado, gasolina; essa é paga pelo servidor, que vai lá e faz desconto em folha. O sindicato mantém e até reformulou seus contratos, pra dar assistência jurídica aos servidores em processos administrativos e agora são totalmente livres de custo a eles. Agora, eles procuram a Prefeitura, são intimadas, vão depor e aí, nosso advogado imediatamente assume o caso, a menos que ele manifeste que tem algum outro advogado; então é feito livre de custo para o servidor. Quanto à demanda das categorias como, por exemplo, a saúde: estamos tentando rever aquelas horas lá, que descontaram na greve da Saúde. Nós fizemos um processo pra defender a saúde do passado contra uma alteração, o prefeito fez uma ADIN, tentando derrubar a lei das 30 horas e querendo aumentar novamente pra 40. Nós tivemos que alocar recursos para defender a lei e fomos bem sucedidos, nisso. Com relação à lei da Guarda Patrimonial é mais um exemplo. Nós pretendemos ter uma sede social, local próprio pra colocar lá além do lazer, colocar o dentista e o médico operando atuando, ali. Esse é um dos nossos objetivos pra médio prazo. Queremos ver se tudo der certo até o ano que vem, já estar implantando isso. Esses recursos são fundamentais para nós, nesse sentido. Tem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sindicatos grandes que não necessitam tanto dessas verbas, mas o fim do imposto sindical impactaria muito sobre os sindicatos menores. Aqui, na região oeste do Paraná nós temos municípios que possuem menos que 10 mil habitantes até 8 mil, imaginem nessas cidades os sindicatos não sobreviveriam com o fim desse imposto sindical; isso teria um efeito fatal sobre várias entidades. – Vereador Jaime Vasatta: Acrescentar, se a Constituição vedar informação do dinheiro arrecadado pelo sindicato, acho que é importante o esclarecimento de vocês pra tirar suas dúvidas, então por essa razão a minha pergunta. – Hamilton: Nós também temos vários convênios, prestamos assistência jurídica aos filiados, não 100%. Para prestar 100% temos que reformular o nosso estatuto e estamos prestes a iniciar os trabalhos pra reformulação. Mantemos a sede social, que com muito esforço foi construída há alguns anos e hoje, percebemos que ela já está pequena. Se pegarmos a rede municipal de professores, até um tempo atrás, nós tínhamos mil e poucos professores e, hoje nós temos 3.070 professores, na rede municipal. Então hoje, percebemos que a sede social está ficando pequena e o sindicato está também, reservando boa parte desses recursos para que a categoria decida, não pra um futuro bem breve, aonde investir esses recursos. Manter esta sede, quando as pessoas fazem a locação inclusive, praticamente não há custos e há só o custo de limpeza. São algumas das assistências que, nós prestamos além é claro de outras diretamente que, envolvem os servidores: manifestações que fazemos, a luta por melhores salários, tudo isso envolve recursos, então é basicamente investido nisso. E deixar claro também que de 2014/2015 não tivemos nenhuma viagem da diretoria custeada com dinheiro do sindicato; mas esse é o detalhamento possível, Jaime. – Vereador Jaime Vasatta: Eu também gostei de saber se hoje, os filiados do sindicato é somente professores ou é o quadro de uma escola, secretária outros servidores como: zeladoras, supervisoras... – Hamilton: O sindicato ele tem como base a categoria de professores. Hoje nós temos professores, professores de educação infantil, permitindo também a filiação dos monitores que atuam nos Cmei's. Até um tempo atrás, permitia outros servidores, então ainda temos cerca de 200 servidores que ocupam outros cargos, filiados ao Siprovel. Isto vem diminuindo, porque de 2014 pra cá, não aceitamos mais a filiação daqueles que não são a base do Siprovel; então hoje, basicamente, são professores, professores de educação infantil, sejam: ativos ou os aposentados também podem quando eles se aposentam, fazer uma nova filiação. Automaticamente rompe o vínculo deles, mas temos lá 170 professores aposentados que, decidiram continuar filiados ao Siprovel. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Hoje é um dia simbólico, um dia de aprendizado. Tivemos dois requerimentos, duas convocações. O empresário não veio, os trabalhadores vieram. Os trabalhadores não têm nada a esconder e deram uma aula pra esta Casa, se alguém tinha dúvidas sobre imposto sindical. E nós seguimos com as mesmas suspeitas, em relação ao contrato do lixo. O capital não veio, o trabalho veio; acho que é no mínimo simbólico. Então queria parabenizar o sindicato pelas explicações até porque, em termos legais não teriam que vir, fizeram questão de vir, inclusive pediram pra votar o requerimento favorável, pra que viessem e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

explicassem. Ao contrário do empresário Olides Berticeli, que além de não vir mandou um ofício que, não explica nada; apenas alimentando as suspeitas que nós já tínhamos. Tem um ditado que fala que, “onde há fumaça, há fogo” aqui parece que é e há um incêndio sem proporções, em relação ao lixo. O que não acontece em relação aos sindicatos. É de absoluta transparência, porque vocês explicaram e, eu já sabia, sou filiado a dois sindicatos. Porque a categoria permite esse tipo de filiação, porque não há nada a esconder até porque tem assembleias regulares e prestação de contas anuais. Parabéns aos dois companheiros e fica meu repúdio ao empresário que não veio. Os trabalhadores não tem nada a esconder, os empresários parece que têm. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Dando os esclarecimentos necessários, vivemos num país democrático e nada como esclarecer as dúvidas para a população e também, para os parlamentares. A minha pergunta vai para o professor Hamilton e além das reivindicações, questão de reposição, a luta que vocês têm para defender os professores, eu queria saber se o professor está ciente na questão do Plano Municipal de Educação de alguns professores aqui no município, que estão descumprindo a lei, passando por cima e, tentando impregnar uma ideologia em nome de uma bandeira de ensino religioso, colocando uma apostila tentando impregnar essa ideologia. Gostaria de saber se, o professor Amilton está ciente e se, chamou esses professores pra ter uma conversa. Era isso. – Amilton: Vou explicar rapidamente, porque não é objetivo da convocação. Pra nós do Siprovel, este é um assunto superado. Ideologia de gênero, trabalho com ideologia de gênero em Cascavel, não existe. Nós não podemos pegar um fato isolado e dizer que, ele é generalizado. Está aí o pessoal que trabalha lá na Secretaria e que até ontem, era do Siprovel, então pra nós é um assunto superado, essa discussão. Posso garantir com certeza, vereador Fernando Winter, que nós não temos esse trabalho na rede municipal. Podemos ter até um professor ou outro que cometa um equívoco, mas não é este o objetivo; lutamos sempre pra que os professores conheçam o máximo possível à legislação e possam aplicar. Posso garantir para a população que está aqui e pra aquela que está nos acompanhando pelos meios eletrônicos, que eles podem continuar tendo a certeza, a clareza de que os filhos deles estão sendo bem ensinados nas escolas. Podem continuar com aquela confiança que sempre tiveram nos professores. Partimos do princípio, do pressuposto de que a escola e a família, devem caminhar juntas. Até mesmo há 19 anos como professor da rede municipal, atuei já na coordenação de escola, direção de escola, muitas vezes é o pai ou a mãe que vai lá e pede socorro pra o professor, pra o diretor de escola; as vezes, é o diretor da escola e o professor que chama o pai pra ter aquela conversa. Defendemos e partimos do princípio de que, escola e família não andam separadas; escola e família andam juntas. Nós tivemos até projetos no município pra discutir essa questão de escola e família e posso garantir, Fernando, que fatos isolados não podem ser generalizados. Dizer que 99,9% dos professores conhecem a legislação e colocam em prática. É claro que nem eu, nem qualquer um de nós, estamos livres de um deslize ou de cometer um erro ou ao responder uma pergunta, às vezes adentrar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

um pouco a mais um pouco a menos, nestas questões. Não vou dizer aqui, não vou ser hipócrita de dizer que: não erramos até porque somos seres humanos, professor é ser humano. Então posso garantir com toda certeza que nós estamos acompanhando, visitamos a escola que foi motivo disso. Conversamos com a direção, com a coordenação, conversamos com a Secretaria Municipal de Educação e acho que o caminho para resolver possíveis erros é o diálogo. – Vereador Fernando Winter: Obrigado. Realmente é isso que, como presidente da Comissão de Educação eu espero, devido à denúncia de alguns pais: a minha pergunta é pertinente pela apostila que a gente constatou, eu e vereador Celso Dal Molin em algumas escolas, mas era exatamente isso que, eu gostaria de ouvir da sua pessoa. É uma minoria de professores, a maioria está cumprindo o Plano Municipal de Educação. Era isso, muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu tenho comigo assim que: a obrigação do pagamento dessa taxa sempre vou ser contra. Acho que o sindicato é importantíssimo e não tem como, vocês fazem um trabalho maravilhoso, mas eu teria que ter alegria em participar, não ser da época do Getúlio Vargas. Outra coisa que o Fernando Winter e os pastores falam aqui: eu acho que nós não deveríamos nos meter nisso. Sempre cobro dos professores que tenham a grata satisfação e que ensinem bem os nossos filhos e de lá da escola seja a base, pra que se tornem realmente cidadãos, uma complementação da formação de casa. Esse negócio de gênero, isso aqui temos que largar mão desta porcaria. Quero ver o seguinte: matemática, português e outras coisas; eu acho que o professor não deve ser avaliado por isso. Eu acho que a igreja não pode se misturar muito, apesar de estarmos num país laico. Agradecer a presença de vocês e com certeza, o Paulo Porto foi muito feliz: enquanto nós vermelhos damos a cara a tapa, os verdinhos, aqueles amarelo ficam ali e se esconde, se esconde, porque tem muito a esconder. Era isso. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Votei contra a convocação de vossas senhorias. Votei contra a convocação do sindicato, porque eu entendo que o sindicato presta conta a sua categoria. Também sou presidente do Sindicato dos Professores do Paraná, dos Servidores, presidente da APP Sindicato, e eu entendo que a minha prestação de contas é para os nossos sindicalizados e, para aqueles que têm o desejo de sindicalizar. Quero saber também, se podemos convocar a Amic, Acic pra nos explicar o que estão fazendo. Senti uma certa invasão de atribuição, mas por outro lado foi interessante que: os senhores vieram. Parabenizar pelas vossas exposições e dizer que nós, dos sindicatos, prestamos um grande serviço, contribuimos com a formação dos nossos sindicalizados. Nós, enquanto APP Sindicato, também fazemos curso de formação, convênio com as universidades federais e tal: a gente debate e estuda muito, porque é necessário ter conhecimento de todas as leis, de nossos direitos, nossas obrigações. Se não fosse os sindicatos qual seria a jurisdição que nós estaríamos vivendo, hoje? Muitos direitos que nós temos hoje, que estão louquinhos pra acabar. Parabenizar pela exposição dos companheiros dos sindicatos que vieram, aqui. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Quero parabenizar a presença dos dois, porque realmente não é obrigatório. Vocês têm que prestar conta para os afiliados de vocês, porém quando nós subscrevemos o requerimento, fizemos com o intuito de esclarecer a opinião pública sobre o imposto sindical que, está sendo questionado inclusive no Senado Federal. A pergunta que vou fazer é o seguinte: vocês dois declinaram aqui, que são filiados ao Partido Comunista do Brasil, vocês dão a mesma assistência para as pessoas que não são filiadas politicamente, quando tiver alguma manifestação? Vocês comparecem com a mesma ênfase, no que vocês fazem quando tem é uma manifestação do PT, por exemplo? – Ricieri: Todos os servidores que nos procuram não preenchem nenhuma ficha assim, do partido em que é filiado. Nunca perguntamos qual a filiação partidária, o pensamento político, as convicções filosóficas, nada. – Hamilton: Nós também não temos isso como critério e selecionamos muito bem, as manifestações que participamos. O que interessa são os objetivos da categoria dos professores. Todos os professores que nos procurarem receberão o mesmo atendimento. Defendemos a categoria e sabemos que, na categoria nós temos professores do PSDB, temos professores do PSL, temos professores do PT; a nossa luta é política, não partidária. – Ricieri: Embora seja filiado do PCdoB nem todos membros dos sindicatos são. Nós convivemos com a diversidade de opiniões, nós temos em nossa diretoria alguns servidores que tendem a direita mesmo e que são contra, criticam, falam; temos uma convivência com todos no nosso meio. – Vereador Luiz Frare: Além do salário, que vocês continuam sendo funcionários da Prefeitura, vocês recebem pela prefeitura, tem algum subsídio pelo fato de serem presidente dos sindicatos? – Hamilton: O estatuto do sindicato dos professores permite uma gratificação extra ao presidente, isso é uma gratificação permitida no estatuto do Siprovel. – Ricieri: O estatuto do Sismuvel permite que as despesas relacionadas a viagens ou nossas atividades serão reembolsadas; então a prefeitura embora nos paga, não paga horas extras; então o Sismuvel supre onde falta isso, até o limite máximo de um salário mínimo. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Primeiramente, como falei no dia da aprovação do requerimento, que a presença dos senhores seria pra esclarecer. Isso é salutar pra o processo democrático; e então parabéns por realmente comparecerem. Nós temos acompanhado que vocês sempre estão presentes nas reivindicações das categorias, acho que esse é o papel verdadeiro do sindicato e quem dera todos os sindicatos tivessem talvez, a função que vocês têm desempenhado, aqui. Minha questão é sobre essa questão do imposto e, que é cobrado esse do dia do trabalho, qual é a opinião dos senhores? O sindicato depende dessa contribuição ou a mensalidade, aquela que o funcionário faz que é o acordo de assembleias é suficiente para as atividades sindicais? Se isso interferiria, vocês têm um posicionamento contrário ou a favor dessa situação que, está sendo encaminhada ao País? – Amilton: Falando pelo Siprovel, as questões básicas conseguiria manter sem o imposto sindical, o básico. Claro que, o fim do imposto sindical provocaria uma série de outros prejuízos e nós, não poderíamos avançar na defesa dos trabalhadores. Em todos os pontos que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nós fazemos então hoje, ele ainda é necessário para que nós possamos ampliar a assistência prestada aos servidores. Então ele, para o Siprovel, hoje é necessário. – Ricieri: Para o Sismuvel o valor do imposto não é tão relevante, já que está sobrando, depositamos no banco, colocamos numa aplicação financeira que ultrapassa o valor de R\$ 300.000,00, Sobreviveríamos sem esse recurso, porém nós sabemos que outros sindicatos da região que convivem conosco, seriam atingidos de forma fatal por isso. Como nós não temos onde gastar e a lei determina, onde utilizar esse recurso; está aplicado. No futuro, como eu disse, colocaremos ele pra obter uma sede local aos servidores e também para exercer as atividades, atendimento médico e outras. – Presidente: Agradecer a presença os presidentes do: Sismuvel e Siprovel; tivermos uma oportunidade interessante nessa tarde. – Amilton: Em nome do Siprovel queremos nos colocar a disposição pra ser convidados mais vezes a discutir, inclusive outros problemas que nós temos na educação e que, necessitam urgentemente de discussão e solução. Obrigado. – Ricieri: Também gostaríamos de agradecer o espaço e nos colocar à disposição. Sempre tivemos um ótimo relacionamento com o Poder legislativo e pretendemos continuar assim. – Presidente: Obrigado pela presença. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Passamos pra ordem do dia. Temos em segunda discussão o Projeto de lei nº 145/2015 que, determina a publicação eletrônica da lista de espera para vagas na educação infantil, no âmbito do município de Cascavel. O referido projeto recebeu 3 emendas: 01, 02 e 03. Coloco em discussão a emenda 01, de autoria do Vereador João Paulo e vereador Celso Dalmolin; em discussão a emenda. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Justificar o meu posicionamento: vou ser contra a emenda, tendo em vista que no artigo 4º do projeto inicial, ele já contempla e ele é bem abrangente, coloca todas as medidas de segurança que a Secretaria ou órgão que vai fazer a publicação... Já está contemplado no artigo 4º do projeto, então, na minha opinião, acho desnecessária a emenda. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima: Em entendimento com o autor do projeto, vereador Professor Paulino e até porque o texto é redigido melhor, inclusive dessa forma, eu peço um voto favorável. Essa emenda modificativa foi inclusive debatida com o Professor Paulino e assinada por mim e pelo vereador Celso Dalmolin. Então peço seu voto favorável aos senhores vereadores. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Vereador Nei H. Haveroth, como já tínhamos acertado ontem, no momento do debate aqui, e nós entendemos aqui, no artigo 4º do nosso projeto, já fala em informação com segurança, mas conforme o debate ontem, fomos convencidos de que nós necessitamos de colocar algo a mais: que não reste nenhuma dúvida, em relação ao que nós chamamos de chaveamento. Vejo que a emenda aqui, dos nossos colegas João Paulo e do Celso Dal Molin traz um ponto a mais, no sentido de dar essa segurança. Sou, favorável e, é muito tranquilo colocar esse chaveamento, essa garantia para os pais, os nomes das crianças estarão em um local seguro.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Obrigado! – Presidente: Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Robertinho Magalhães, Cláudio Gaitero, Nei H. Haveroth, Luiz Frare) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Marcos Rios, Romulo Quintino e Walmir Severgnini) – Secretário: 16 votos favoráveis e 4 contrários. – Presidente: Com 16 votos favoráveis e 4 contrários Emenda nº 1 aprovada. Passamos pra discussão da Emenda nº 2 de autoria do vereador Professor Paulino, João Paulo de Lima e Paulo Porto. Em discussão a emenda. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Cláudio Gaitero e Luiz Frare) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Marcos Rios, Romulo Quintino e Walmir Severgnini) – Secretário: 18 votos favoráveis e 2 contrários. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 4 contrários, Emenda nº 2 aprovada. Passamos pra discussão da Emenda nº 3, de autoria do vereador Professor Paulino, João Paulo de Lima e Paulo Porto. Em discussão, a emenda. Em votação, proceda votação nominal, senhor secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Fernando Winter, Marcos Rios, Romulo Quintino e Walmir Severgnini) – Secretário: 20 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Emenda nº 3 aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 145/2015, que determina a publicação eletrônica da lista de espera para vagas na educação infantil, no âmbito do município de Cascavel. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Tiveram discussões aqui, com respeito a lista que esse projeto vem ajudar, não resolver o problema e dizer que o promotor Luciano Machado, se não me engano, tem a lista de todas as crianças. Em nenhum momento algum vereador aqui, foi beneficiado por conhecer a, b ou c. Houve buchicho aí que, algum vereador poderia estar sendo beneficiado com uma lista. A clareza da Secretaria de Educação sempre foi muito objetiva e clara. Este projeto vai contribuir, mas não quer dizer que vai resolver a questão das vagas em Cmei's. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Estamos dando um passo importante, no sentido sempre da transparência. O objetivo da lei não é fazer a lei pra ontem. Como a gente faz lei pra ser cumprida, a partir de então; nós como legisladores temos que ficar pensando sempre, no sentido de criar condições para que não sobre dúvidas sobre qualquer um de nós, qualquer cidadão que seja. Temos que criar todas as condições para evitar que qualquer direito de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nossas crianças seja usurpado. Nossa principal preocupação tem que ser sempre com a isonomia. Essa lei não vai criar nenhuma vaga a mais. Qualquer criança tem acesso à internet, está na sua casa, no seu celular, computador e não é necessário ir até a Secretaria de Educação pra pegar a posição da sua criança na sua lista de espera. É um trabalho que já está sendo feito em outras prefeituras e as pessoas estão satisfeitas com o projeto. O objetivo é somente isso, contribuir no sentido da transparência. Temos que tratar com a devida importância a educação infantil. Antes se falava creche, hoje é educação; então desde as primeiras séries, desde o primeiro mês de idade no fraldário, já temos uma questão pedagógica no berçário e aí, vem à educação. Nossas crianças merecem isso e acho que dessa forma, a gente presta um bom serviço. Obrigado. – Presidente: Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foi contrário, o vereador: Luiz Frare) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Marcos Rios, Robertinho Magalhães, Cláudio Gaitero, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino e Waldir Severgnini) – Secretário: 19 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei nº 145/2015 aprovado em segunda votação. Passamos pra primeira discussão do Projeto de lei nº 7/2016, de autoria do vereador Rui Capelão, que institui o dia Municipal de Combate ao mosquito aedes aegypti e demais hematófagos vetores de doenças. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Este é um projeto com o objetivo de ajudar nossas autoridades e a nossa sociedade a ter uma preocupação maior com nossos mosquitos Aedes aegypti e também, com os demais hematófagos que nós temos na natureza e que podem nos transmitir determinadas doenças; portanto, eu espero que o projeto possa ajudar bastante a nossa sociedade. Neste sentido espero que tenha a compreensão e a colaboração de todos os senhores vereadores. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Eu vou votar contra este projeto, porque o dia de combate ao mosquito é todo dia do ano. Não podemos esperar um determinado dia, mas temos que combater diariamente, e agora não foi um dia só, foi uma semana que foi feita uma limpeza geral na cidade de coleta de lixo, etc. e tal; portanto eu acho que o dia de combate ao mosquito são todos os 365 que tem no ano. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Vou votar favorável ao senhor, mas acho que o Luiz Frare tem razão. Foi uma semana de limpeza do lixo, porque a empresa que limpa não é tão boa; igual querem vender e então se a empresa Ambiental fizesse a limpeza boa do lixo, não precisava ter essa semana do lixo; porque levou toneladas e toneladas. É aquela que gente paga no final do mês e eles não retiram, tipo minha rua, que depois de 18 anos que moro lá, limparam uma vez; daí os focos do mosquito naquela semana aconteceram. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Eu concordo com o vereador que é todo dia, mas nós temos o dia do aleitamento materno e o aleitamento



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

materno tem que ser o ano todo; mas tem o dia do aleitamento materno. E assim nós temos vários dias que são colocados, por exemplo, de combate ao câncer, tantas programações que nós temos na nossa sociedade, sempre com ênfase pra alguma coisa. Então eu acho que nós temos que nos sensibilizarmos que, algum dia nós temos que dar uma atenção maior para determinadas coisas, para que não caiam no esquecimento. (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não. – Vereador Fernando Winter: Vou votar favorável. Concordo com o vereador Luiz Frare, mas discordo de você, vereador Boca, é o povo que precisa mudar, o povo é mal educado, não sabe limpar o seu quintal. Não adianta você colocar a culpa na empresa a,b ou c; a população precisa se conscientizar e, todos os dias fazer a limpeza do seu quintal. Tem vizinho lá que a gente observa, um e outro nunca limpa o quintal e, há necessidade sim do povo se comprometer com a limpeza; aí nós vamos eliminar o mosquito. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Se você passou lá na minha frente, quando você passar vai ver que, tem um buraco enorme na frente. Vai ver que ficou um monte ali, depois de fogo até o Fernando Winter queria me multar, porque a empresa não passava pra recolher. – Vereador Fernando Winter: Tem que falar com o Nei, ele que fez a lei. – Vereador Jorge Bocasanta: O Nei quer me multar. Em dezembro fizemos a limpeza e no início de fevereiro a queimada, estava seco; em 45 dias ninguém passou pra limpar. Aquela semana de limpeza que passou na televisão, não sei o quê: a dengue tem que cuidar todo ano. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães: Claro que tem que ser todo ano, mas é um dia pra estarmos alertando, vamos dizer assim: pra dengue, que hoje nós temos conhecimento que no Paraná, nós já temos 31 mortes pela dengue. Em Foz do Iguaçu tem 6 mortes, Medianeira tem 1 e Serranópolis também tem 1 morte. Vou votar a favor, um projeto que realmente favorece e vem contribuir muito com uma população de Cascavel, no que diz respeito à saúde. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: No dia do aedes aegypti a prefeitura vai colocar todos os caminhões e não vai ter nada pra ser transportado; porque o lixo vai ser recolhido diariamente e teremos menos dengue. Foi muito feliz seu projeto e vou votar favorável. – Presidente: Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foi contrário, o vereador: Luiz Frare) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Marcos Rios, Robertinho Magalhães, Cláudio Gaitero, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino e Walmir Severgnini) – Secretário: 19 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei nº 7/2016 aprovado em primeira votação. Passamos para os requerimentos. Temos o requerimento nº 86 de autoria do vereador Jorge Bocasanta, o requerimento nº 87 de autoria do vereador Jorge Bocasanta, nº 88 de autoria do vereador Pedro Martendal, nº 89 de autoria do vereador Rui Capelão, nº 90 de autoria do vereador Rui Capelão, nº 94 e nº 95 de autoria do vereador Pedro Martendal, o nº 96 da Comissão de Saúde e Assistência Social, o nº 97 de autoria do vereador Pedro Martendal, o nº 98 e nº 99 de autoria do vereador Pedro Martendal, o nº 100 de autoria



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do vereador Paulo Porto, o nº 102 de autoria do vereador Professor Paulino, nº 103 de autoria do vereador Professor Paulino. Consulto aos senhores líderes: se há consenso na deliberação dos requerimentos. (-Consenso) Em havendo consenso coloco em discussão e votação os requerimentos nº 87, nº 88, nº 89, nº 90, nº 94, nº 95, nº 96, nº 97, nº 98, nº 99, nº 100, nº 102 e nº 103. Em discussão. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; todos aprovados pela totalidade dos vereadores presentes. Finda que a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra a inscrição de interesse público. Temos as inscrições dos vereadores: João Paulo de Lima, Luiz Frare, Celso Dal Molin, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Romulo Quintino e Jorge Bocasanta. Com a palavra vereador João Paulo de Lima. – Vereador Pedro Martendal: Questão de ordem. Faço um requerimento verbal, no sentido que eu utilizasse inicialmente em função que tem algumas mães que tem que pegar os alunos junto a Apae e com a anuência dos demais, se fosse possível eu rapidamente usar a tribuna. – Presidente: Algum vereador se opõe ao pedido do vereador Pedro Martendal? Então com a palavra vereador Pedro Martendal. - Vereador Pedro Martendal: Esta é uma data importante, pois pela primeira vez nós temos aqui em nossa Casa, um grupo de mães e pais que fundaram mais uma entidade em Cascavel de apoio e proteção às pessoas com autismo. Dessa forma, eu quero cumprimentar aqui a Edilza Fermo, que é mãe e é presidente da entidade; a Indiaê que é mãe, a Lucivane que é mãe, a Cássia que também é mãe, a Eliana mãe; o Orlei, Olimpo que é pai, a Kelly que é mãe, a Neusa com seu filho Lucas e também, a Talita com seu filho João Pedro; esta entidade é muito importante, já em outras cidades tem coirmãs, nesse sentido. Pessoas com autismo são atendidas nas escolas especiais, aquelas que evidentemente, não têm condições de ter a sua inclusão no ensino normal. Em Cascavel está nascendo agora, em outras cidades já têm, não é uma concorrência com as escolas especiais já existentes, são coirmãs, assim como nós temos em outras cidades algumas entidades que trabalham na defesa e também, na formação das pessoas com síndrome de Down. Em Cascavel, nós teremos então essa entidade que eu tenho certeza, esse grupo de mães nasce forte e dará um trabalho de proteção e também, de formação a essas pessoas. Já falamos no ano passado, o que é autismo: é deficiência intelectual de forma leve ou mais comprometedor. Nós temos pessoas que têm autismo, mas que nós nem percebemos. O comprometimento intelectual ele vai de leve a grave, mas precisa de um trabalho específico, esse é o motivo dessa entidade. Então por esse motivo essas mães estão aqui e a data do dia 2, sábado, se comemora o dia internacional de conscientização da pessoa com autismo. Uma data importante que foi no sábado, é comemorada no mundo todo. É uma maneira de conscientizar a comunidade, a respeito das pessoas portadoras dessa síndrome. Aproveitando a vinda dessas mães, eu retomo um projeto que nós apresentamos em 2013: o Projeto nº 221. Este projeto foi aprovado em primeira votação e na segunda votação em uma negociação de base, ele foi retirado de pauta. Eu apresentei novamente o projeto nº 114 em 2014, que teve um substitutivo nº 1 e esse Projeto nº 114 não foi apreciado



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ainda, por esta Casa. Então, o Projeto nº 114 ele trata desse assunto, da Política Municipal do Autismo, naquela negociação que nós tivemos então, após a primeira votação, ele foi retirado e nós reapresentamos. Pediria a vossa excelência para que colocasse o mais rápido possível em pauta de votação, ainda mais agora, em respeito às pessoas com autismo e também agora, a essa identidade que estará trabalhando especificamente... Concluindo então, essas pessoas com deficiência intelectual com a síndrome do autismo, já são atendidos na APAE e outros não, estão no ensino regular sem necessidade de uma escola especial, mas um atendimento especial junto ao ensino comum. Então não estão todos na escola especial, tem muitos, a maioria inclusive, estão no ensino regular; mas essa entidade virá para defender os seus direitos. Então, senhor presidente eu conto com a sua compreensão para que ele entre em pauta o mais rápido possível. Muito obrigado. E já também agradeço a compreensão dos demais em ter me passado a preferência da fala, para que as mães tenham possibilidade de recolher os seus filhos. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Dizer que me traz dois motivos a essa tribuna. Um dos motivos, foi um amplo debate que tivemos hoje no Senado Federal, a respeito da pílula do câncer, a fosfoetanolamina sintética que agora está vencendo o prazo da presidenta Dilma, dia 15, ou ela: sanciona a lei ou ela veta, e isso vai então novamente ao Congresso Nacional. Eu espero que isso não aconteça, porque a esperança dessa pílula do câncer, aquelas pessoas que sofrem é muito importante que isso possa ser aprovado, rapidamente. E aqui eu quero deixar meu repúdio novamente a Anvisa, ao Ministério de Ciência e Tecnologia na pessoa do ministro Pansera, que é indicado no Governo e que querem fazer isso de suplemento, inclusive para acabar com as pesquisas que estão sendo desenvolvidas, através da pílula do câncer. Dessa forma eu estou encaminhando pra semana que vem, nós teremos uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná, onde teremos os cientistas da fosfoetanolamina, Dr. Marcos Vinícius que esteve aqui e mais o Dr. Durvanei e também, o Dr. Renato Meneguel que estarão presentes na Assembleia Legislativa debatendo esse importante tema da fosfoetanolamina sintética, até pra que a gente possa definir. E a outra situação já que estaremos em Curitiba também, e que me causa uma preocupação, é sobre a saúde pública da cidade de Cascavel, onde ontem a Frente Parlamentar esteve na UPA Pediatria e antes da UPA Pediatria, nós também tivemos uma reunião definindo um relatório sobre uma empresa que assumiu algumas obras na cidade de Cascavel e não cumpriu. Não sei se esse ano ainda nós teremos as unidades de saúde que, estão abandonadas pela incompetência dessa empresa que assumiu não só unidades básicas de saúde, mas também uma escola aqui, no município de Cascavel. Infelizmente, nós vimos anunciando isso desde o ano passado e, esperaram tudo acontecer, pra agora essa burocracia de tramitação que demora tanto. E eu falo isso porque, nós estivemos inclusive na UPA do bairro Brasília, eu, o vereador Nei Haveroth, vereador Walmir Severgnini, os outros vereadores tiveram compromissos da Frente, mas nós estivemos lá e vimos que há uma necessidade de ajustar o gerenciamento, inclusive nos atendimentos da Saúde da população; porque o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que nós estamos acompanhando é que não existe uma união entre Estado e Município. E dessa forma eu quero falar aqui com propriedade, porque ontem duas pessoas, enquanto eu estava na UPA do Bairro Veneza, acabaram falecendo por incompetência do início ao final e, por que eu estou falando nesse sentido? Porque eu vi o Governo do Estado há uma semana atrás, veio com secretário de Segurança, com policiais reforçando a segurança da cidade inteira de Cascavel; importante, ótimo e temos que parabenizar. Agora do mesmo jeito que veio esse grande time pra reforçar a cidade de Cascavel, nós precisamos também que aconteça na saúde pública. Não adianta somente querer fazer o combate à criminalidade, se as pessoas estão morrendo e eu falo isso porque realmente ontem, enquanto tentava transferir um ente querido, e acabou falecendo por incompetência de ambas as partes. Aqui, não vou citar o Município, o Estado; vou citar os dois, porque realmente não tem um jogo de cintura: um quer fazer de um jeito, o outro quer fazer de outro e isso não está funcionando aqui, no município de Cascavel. Então, eu vou solicitar juntamente à Frente Parlamentar para que nós possamos encaminhar ao chefe da Casa e eu também, vou oficializar os deputados da cidade de Cascavel, hoje. Nós temos o deputado Paranhos, Adelino, Lemos, André Bueno e o Pacheco, mas eu não vejo os deputados se unirem nesse sentido, para fazer um grande avanço na saúde pública de Cascavel. É uma questão de urgência, é uma questão de calamidade pública. Nós vemos aqui todas às vezes falando de saúde e tentando melhorar, mas se não tiver uma ação do Estado junto com Município não vai funcionar. O Município investe 30% na saúde pública de Cascavel, parabéns, mas não está resolvendo. Temos que fazer uma união de forças, para que se resolvam alguns problemas que estão acontecendo interno e, são necessidades que pela simples união de Estado e Município se resolve. Então, dessa maneira, eu vou oficializar aos deputados, para que, juntamente com a Frente Parlamentar, nós possamos ter um ajuste na saúde pública de Cascavel e que não fique somente na questão de publicidade e mídia das cirurgias eletivas que, desde setembro está se falando sobre cirurgia eletiva na cidade de Cascavel e não está acontecendo. Dessa maneira também, nós vamos tentar unir esforços para que essa vaga zero aconteça; porque ontem as pessoas que morreram lá na UPA, elas estavam com Vagas zero desde a manhã cedo; uma pessoa já tinha passado inclusive o horário, estava lá e aí eu peguei o telefone e liguei ao Samu e disseram que, não tinha o que fazer. Vamos deixar o povo morrer. A UPA ali está fazendo uma situação paliativa, ela interna a pessoa e recomenda que se garanta pelo menos o leito; só que isso não está acontecendo. Então dessa forma nós temos que manifestar, semana que vem quero entregar pessoalmente ao chefe da Casa Civil esse pedido pela Frente Parlamentar da Saúde, porque realmente dizer que a saúde vai bem, não sei aonde. Nós vemos aqui um chefe da 10ª Regional de Saúde que quando os vereadores falam, ele diz: “estão me atacando, estão querendo denegrir a minha imagem”. Simplesmente sente e tente fazer soluções; agora, não venha com discurso demagogo dizendo que, a saúde está tudo bem, que a saúde está 100%. Faço pedido para que essa Câmara novamente, nós possamos manifestar sobre a questão da Saúde Pública, na cidade de Cascavel



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ou até mesmo convocar o secretário, juntamente com os deputados que nos representam na Assembleia Legislativa, para que possam fazer alguma coisa por Cascavel; porque nós sabemos que não é só Cascavel, nós temos os municípios vizinhos, tem que ter uma união do Cisop, do município de Cascavel com a Secretaria de Saúde do Estado, porque com essa lenga-lenga muitas pessoas estão perdendo a vida, isso é fato. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Nós vemos o vereador João Paulo lutando aí, pra atender tantas famílias assim como, todos os vereadores de uma bandeira específica na questão de saúde e, muitas vezes, guerreando de um lado, de outro, correndo de Upa para hospital, andando literalmente de joelho, pedindo ajuda na 10ª Regional nos hospitais para ajudar as pessoas, mas no momento que precisa ajudar um familiar por mais que se luta, não consegue. É um verdadeiro paradoxo do desempenho da sua função, vereador João Paulo, nosso sentimento. Senhores, eu quero nessa tarde falar sobre uma notificação extrajudicial que recebemos, foi protocolado nesta Casa, algo muito sério mais uma vez. Uma notificação extrajudicial protocolada pelo funcionário público do município de Cascavel, senhor Kleiton Linhares que trabalha na Secretaria Municipal de Educação, que, aliás, estamos esperando resposta à indicação feita por alguns vereadores, a esse respeito. Essa notificação judicial ela, pasmem os senhores, ela vem requerer uma retratação pública por parte dos vereadores Rômulo Quintino e Celso Dalmolin. Então, vou passar a ler aos senhores alguns trechos dessa carta, encaminhada a nós por um funcionário público, com cargo de comissão na Secretaria de Educação do município: *O senhor Vereador Rômulo Quintino e o senhor vereador Celso Dal Molin ofendem a honra e a imagem do notificante, houve afirmação pública acusando que o citado ou notificante baixou normativa orientando os professores.* Nosso objetivo jamais vai ser atacar a honra de quem quer que seja; nós temos falado repetidas vezes, sobre o respeito em todos os graus, o respeito e não o preconceito, mas eu gostaria de fazer uma pergunta e deixar aí publicamente porque é um documento público e talvez o senhor Kleiton poderia responder: e a honra e a imagem das crianças? O requerente ele é adulto, formado, seguramente tem aproximadamente 30 anos, e as crianças que estrutura tem? Ele está nos acusando dizendo que nós falamos que ele baixou uma normativa. Não, nós não falamos, numa declaração pública foi feita uma afirmação que não é uma normativa, é um planejamento de grupo de estudo, conforme afirmação feita na imprensa. Quero chamar atenção dos senhores sobre uma situação, chamar atenção, está aqui o nosso presente do Siprovel, esse funcionário público está fritando o professor, esse coordenador de ensino religioso da nossa cidade ele está devolvendo toda culpa do que aconteceu até agora e, nós já vínhamos alertando sobre essa situação que a culpa iria ficar para o professor, que a culpa iria ficar pra coordenador e não iria ficar para os seus superiores. Agora, na notificação extrajudicial que está aqui senhores, nos notificando extrajudicialmente, ele está dizendo, eu vou ler para os senhores: *A conduta dos vereadores nominados, caracteriza-se por motivos intencionais, retaliação do servidor, notificando por motivos políticos, nem sei de que partido é. E pessoais, não tenho nenhum trato, pois esse*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

*apenas exerce a função de coordenador municipal da disciplina de Ensino Religioso. É verdade, ele apenas exerce o cargo de coordenador municipal de uma disciplina. E aqui eu quero fazer uma pergunta: ele chegou de Toledo com uma pós-graduação, uma especialização, ele nunca foi professor do município de Cascavel; ele entrou na Secretaria de Educação com a sua titulação, passou no concurso e saiu de lá coordenador do curso de Ensino Religioso. Nunca entrou numa sala de aula, isso é denúncia feita pelos próprios professores. Será que nós não tínhamos professores com condição de ser coordenador de curso? Ele chegou de Toledo formado na sua especialização e saiu da nossa Secretaria de Educação, coordenador de curso. Eu imagino que ele tenha uma formação infinitamente maior do que os nossos professores de Cascavel, até porque é moda dizer que: o que vem de Toledo as coisas são melhores; talvez nesse caso, seja mais uma vez uma confirmação. Premiado com a coordenação, tudo bem, agora vejam: *não ministra aulas, verdade; nem nunca ministrou em Cascavel e tão pouco responde pelos atos voluntários da escola, cabendo ao professor e coordenador da instituição de ensino o planejamento diário dentro das atribuições que a própria lei municipal assevera.* Ele jogou o professor na frigideira e tirou o corpo fora. *O material apresentado em sala de aula e questionado, era de propriedade do município, da Secretaria Municipal de Educação, formulado com acompanhamento do notificante e, anterior à aprovação do Plano Municipal - Lei nº 6.496/2015, ficando o material revogado após a vigência do Plano Municipal e sem autorização para o uso do mesmo.* Ele está dizendo aqui, que o professor fez por conta e risco e, que ele não tem nada a ver com aquilo; que ele não tinha autorização pra falar aquilo que ele falou. E ele disse que, nós ofendemos a sua honra; não obstante, como relatado pelos senhores, o material foi apresentado aos alunos por outra professora. Eu tenho dito aqui desde a nossa primeira fala, essa fala que, aliás, vou confessar para os senhores, está ficando chato falar sobre esse assunto, mas nós não vamos descansar enquanto essa situação não for resolvida. É todo dia essa mesma ladainha, mas não vamos nos entregar, porque agora nossa defesa, pessoal do Siprovel está aqui, é por esses professores. Agora, o camarada não tem mais nada a ver que a situação: “olha, o professor que usou esse material lá na entidade de ensino, lá na escola Reverendo Darci Miranda, ele usou porque ele quis; ele usou sem nossa autorização, ele usou sem nós termos dado o aval.” Falamos aos professores alertados pelo Procurador da República: o processo virá sobre os senhores. Agora ele está falando que está sendo vítima de comentários extremamente ofensivos e discriminatórios e ele não pode ser vítima de comentários. O pai que passou pela situação deveras, pode! *Requer a retratação pública por parte dos senhores notificados desta Casa de Leis.* Vou fazer a retratação pública aqui, vou me retratar: não retiro nenhuma das palavras ditas até aqui e vou complementar dizendo que: o senhor está sendo desleal com os demais trabalhadores da Educação, o senhor está sendo desleal com os outros professores que agora o senhor está tirando seu corpo fora e deixando o profissional da Educação que recebeu este planejamento e aqui está no planejamento: coordenação (o nome do fulano) que não vou citar porque esta sendo agredido*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

verbalmente e, está aqui o planejamento e agora não tem mais nada a ver. Estou me retratando, mantenho tudo o que disse e digo que o senhor está largando seus companheiros, profissionais de Educação numa situação mais difícil do que já estava, quando o senhor tira o seu corpo fora e diz que: a culpa é do professor. Aonde vamos chegar? O professor está ficando com um giz na mão sozinho, pra se defender. Ele diz aqui: pede nossa retratação sobre pena de responsabilização penal; ele está nos ameaçando de processo. Quero aqui oficialmente falar pra nosso governo municipal: os vereadores estão sendo ameaçados de processo penal, administrativo e assim por diante, processa, processa. A leitura do planejamento está aqui, feita pelo coordenador; o que diz a ata produzida pelos vereadores e pela escola: desde o ano passado a Semed construiu nosso plano de Ensino Religioso atual e que seguimos, foi encaminhado pela Semed. Quem está mentindo? Este coordenador ou o professor que deu o depoimento? Agora, além de soltar o professor sozinho, virou as costas, lavou as mãos, agora ele está dizendo que a Secretaria de Educação que não forneceu o documento e o professor diz que: a Secretaria de Educação forneceu. Quem está mentindo? Não sei. Formaram uma Comissão pra legitimar a ação desse rapaz e vai chegar uma resposta daqui uns dias de, uma Comissão que está legitimando as ações que esse rapaz, coordenador fez. E não vamos aceitar, e já vou antecipar a resposta: vão inocentar o rapaz e a culpa vai ficar para os professores e para os vereadores. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Não retiro uma palavra do que falei sobre esse assunto. E o dia que estivemos com a coordenadora e com a professora, fizemos uma ata, porque o rapaz que esteve aqui ontem, chamou-nos de ignorantes e, não somos. Fizemos uma reunião com ata. Na hora pedi a coordenadora pra abrir uma ata, assinada por mim, pelo Fernando Winter, pelo pai e pela professora; ata que está em nossas mãos, onde ela deixa bem claro que: foi enviado que era pra ensinar aquilo e a ata especifica tudo isso. Quero dizer que não tiro nenhuma palavra do que falei até hoje sobre esse assunto. - Vereador Romulo Quintino: O pedido é oficial, senhor Hamilton, ao Siprovel: vou passar a cópia e quero que esses professores sejam defendidos e que essa situação que está ocorrendo não venha acontecer, novamente. Isso é uma irresponsabilidade que aconteceu: esse rapaz lavar as mãos e jogar a culpa para os professores. Lavou as mãos, mas vamos continuar batalhando nessa árdua causa que já está gerando cansaço pra todo mundo. – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Vou votar na alínea nº 1 ao dito cujo, imposto sindical. Gostaria do devido respeito, mesmo porque acho que quem respeita sempre, tem a possibilidade de ser respeitado. *Na manhã dessa sexta-feira (07), a 2ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto ordenou a execução de uma decisão judicial proferida contra o Sindicato dos Empregados no Comércio de Ribeirão Preto e contra o Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto, pela qual as entidades ficam terminantemente proibidas de cobrar contribuições assistenciais e confederativas de trabalhadores não associados a elas. A obrigação deve ser cumprida imediatamente. Dessa forma, as empresas do setor do comércio ficam desobrigadas a efetuar os descontos salariais e repasses dessas contribuições ilegais para o sindicato*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

profissional. Vou me reservar o direito de omitir o nome da pessoa que me mandou a mensagem, mas pessoalmente conversarei com ele. Olá, senhor vereador Luiz Frare, liberação duma reportagem na CATV onde os vereadores querem retirar a contribuição dos sindicatos dos servidores. Nós não queremos tirar essa contribuição sindical, nós queremos, outra coisa, no sentido de que se faça com que os sindicalizados concordem com o desconto e se não concordarem que, não seja cobrado. Ótimo, excelente ideia, é possível fazer para todos? Para onde vai esse dinheiro? Acho certo cada cidadão escolher se: quer pagar ou não. Não sou funcionário municipal e não quero pagar, o sindicato trabalha pouco e arrecada muito. Quero apenas dizer que vou continuar cobrando o Senado Federal, senadores que eu coloquei no requerimento, no sentido de que agilizem, se passar; passou e se não passar também, fiz a minha obrigação. E quero agradecer o apoio inclusive de profissionais da imprensa, que têm vindo aqui trabalhar e que, já tiveram seu dia descontado e que não concordam com o desconto. E aqui vai uma mensagem que eu vou direcionar as pessoas que incentivaram funcionários da Engelétrica, OT ambiental que recolhem o lixo diariamente a entrarem em greve. Nós temos aqui, desde que foi assinado o último contrato em 2011, naquele ano o INPC foi de 5,49, o aumento concedido foi de 15 e tiveram aumento real 9,55. 12 pra 13,663, 13% de aumento. 6,57 de aumento real, 13 pra 14, 5,14 de INPC, 12,50 de aumento concedido, 7,36 de aumento real. De 14 pra 15, 6,91, 10,86 de aumento concedido, 3,95 de aumento real. O que hoje está sendo negociado é entorno de 10% de reposição salarial, que é entorno mais ou menos do que é pra estar dando o INPC, neste momento, ou seja, nos 4 anos houve um aumento real de 27,39 com um aumento concedido de 51 por 36 e o INPC de 23,97, esse é o salário desde o início do contrato. Agora, eu vou ler pra vocês um documento, aliás, uma parte do documento que eu tenho em mãos aqui, que diz o seguinte: Educação é a área mais afetada por novo corte no orçamento da União. Segundo o novo decreto de programação orçamentária, o Ministério da Educação perdeu 4,27 bilhões de reais. O limite de despesas discricionárias, não obrigatórias foi reduzido de 34,43 bilhões pra contingenciamento para 30,16 bilhões de reais. Em fevereiro a pasta tinha sofrido um contingenciamento de 2,16, ou seja, o Ministério da Educação perdeu nesses 3 meses de 2016, entorno de 6,5 bilhões de reais. E quero enaltecer aqui e vou fazer um comentário mais amiúde, posteriormente: os avanços que a Secretaria de Educação do Município de Cascavel proporcionou nesses últimos 7 anos e 2 meses. Tomara que o próximo prefeito, seja ele quem for, não retroceda um milímetro do que foi conquistado até a presente data. Tomara que a responsabilidade de quem assumir a próxima gestão dê continuidade ao trabalho excelente que, a Secretaria de Educação vem fazendo. Os avanços inquestionáveis, as conquistas incomensuráveis e nós temos aqui pra ser rápido, apenas dizer o seguinte: parabéns à equipe da Educação ao seu secretário e ao prefeito, que teve a lucidez de colocar o secretário Valdecir Nath a frente daquela pasta. Eu tenho outro documento que gostaria de ler: não dá tempo, vai ficar para uma próxima. E eu quero agradecer presença dos que ficaram aqui e dizer o seguinte: nós ajudamos a convocar os sindicatos, aqui. O que eles nos esclareceram, a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mim não convence, ou deixa de convencer; porque eles têm que prestar contas para entidade e pra classe de trabalhadores deles. O que nós estamos lutando é um imposto sindical daquele dia de salário descontado anualmente de cada trabalhador, que tem carteira assinada nesse País é isso que nós estamos questionando. Repito: pra aquele funcionário que ganha R\$ 900,00 por mês, vai fazer muita falta um dia de trabalho. Aquele que ganha 5, 6, 10 salários mínimos aí é outra história; pode não fazer falta. Mas o que nós queremos e que precisamos ter: é que de repente passe aquela emenda constitucional extinguindo esse famigerado imposto sindical. Era isso, obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Só reforçar o assunto que o vereador puxou, dizer que continuamos com nossa posição: lembrando que os professores que estão com o nome no esboço que foi usado, esse aqui, esses professores assinaram a lista de presença e não esse Plano de Ensino e não estão sendo reconhecidos de acordo com a sua capacidade. Quero deixar bem claro que, não mudamos em nada nas nossas colocações: independente de qual ação seja feita, contra nossa pessoa. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O seguinte, Luiz Frare, quando você falou do aumento de 50% de 2011 até 2016 pra os funcionários, o aumento relativo é muito bom; mas o que está me preocupando e chegou ao meu gabinete hoje, foi um cidadão que mora lá na Floresta, na avenida Curió nº 645, uma casa de 60 m², que do ano passado pra cá teve um aumento de 173%; incluindo a taxa de sinistro, junto da despesa com IPTU e a taxa de lixo. O povo está cansado de pagar imposto. Este vereador, quando cobra das autoridades o bom uso do dinheiro público: que está morrendo gente nos PAC's, me veio aquela imagem do Fantástico, daquela juíza no chão e a gasolina do lado; e o cara falava: “Eu não sou louco”, e a juíza falava: “Você não é louco”. Porque o cara estava com a gasolina e o fogo; já pensou se esse povo que está vendo pai, a mãe e o irmão morrendo nos PACs, começar a ir no Poder Judiciário, na Prefeitura ou mesmo na nossa Câmara de Vereadores, fazer a mesma coisa? O desespero faz tudo. Para continuar nesse nosso aumenta aqui: IPTU - R\$ 105,00 foi pra R\$ 144,00, foi um aumento relativo aí com a taxa de proteção a desastre, que fui contra, a taxa de lixo... tem um vizinho que, de R\$ 99,00 foi pra R\$ 208,00. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Gostaria que você me apresentasse, qual é o valor venal do imóvel, se você tem em mãos. – Vereador Jorge Bocasanta: O valor venal do imóvel, se não me engano, valor do terreno dois mil e pouco, é baixo. O valor da edificação R\$ 54.000,00, e esse é do ano 2016. Do ano 2011 aqui, não tem; então colocou uma coisa boa e até defendi isso, que: antes do aumento das alíquotas, que se aumentasse o valor. E eu colocava na época que, a prefeitura tinha mandado no apagar das luzes, isso aqui, e que não dava tempo, e que uma quadra aqui perto da rodoviária está o valor venal de R\$ 250.000,00. Eu falei que estava na época de começar a corrigir isso e, não aumentar alíquota. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare. A alíquota nunca aumentou desde o conheço de 2001 pra cá, continua 0,45 sobre o total do imóvel, continua igual; o que está



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

defasado é o valor venal. – Vereador Jorge Bocasanta: Realmente está aqui o valor venal desse ano aqui, tem dois mil, três mil e cinquenta e quatro. O que falo é o seguinte: veio o Governo do Estado e fala que botou as contas em dia; lógico: subiu a luz 50%, comprou alguém da assembleia, porque votaram tudo a favor e aumentaram 40% de IPVA, é fácil de ter a caneta na mão e aumentar os impostos. O duro é uma empresa fazer com que aumente o seu faturamento em 40%; porque uma empresa pra aumentar seu faturamento com uma canetada... ou você paga o IPVA, ou não pode sair na rua; ou paga o IPTU que aumentou e que o Luiz Frare justificou, ou sua casa é leiloada. Temos que ver muitas coisas, porque na hora do aumento da taxa de sinistro alguma coisa, que lá amanhã alguém tem que pagar. Era essa minha colocação. E eu posso falar pra os moradores do Floresta e companhia, que: não votei a favor do aumento; não que não merecesse, mas acho que temos que ter mais zelo pelo dinheiro público. Obrigado. – Presidente: Obrigado Vereador. Sendo a sua a última inscrição encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e oito minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo secretário e pelo presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário